

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO
DE INCLUSÃO ESCOLAR**

VIVIANNE COSTA KOLTERMANN

Santa Maria, RS

2018

O papel da Educação Física nas Políticas Públicas e o processo de inclusão escolar

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Física Escolar, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Educação Física Escolar**.

Orientador (a): Prof^ª Dr^ª Luciane Sanchotene Etchepare Daronco

Santa Maria, RS

2018

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O
PROCESSO DE INCLUSÃO**

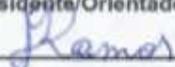
Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Física Escolar, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Educação Física Escolar**.

Aprovado em 14 de maio de 2018

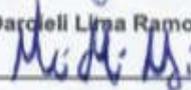


Luciane Sanchothene Etchepare Daronco, Dra. (UFSM)

(Presidente/Orientadora)



Darcleli Lima Ramos, Ms. (UFSM)



Jorge Luiz Bradli Fernandes, Ms. (UFSM)

Antônio Schmitz Filho, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS

2018

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

THE PAPER OF PHYSICAL EDUCATION IN PUBLIC POLICIES AND SCHOOL INCLUSION

Vivianne Costa Koltermann¹, Luciane Sanchoetene Etchepare Daronco²

RESUMO

A inclusão é um processo que vem há tempos sendo discutida no âmbito nacional em escolas, onde alunos com deficiência cada vez mais estão incluídos nas classes regulares. Através das políticas públicas que regem a garantia destes alunos com deficiência nas classes regulares, a Educação Física também tem um papel importante neste processo de inclusão. Nesse sentido, através da educação física, o processo de inclusão deve proporcionar ao aluno a participação total nas atividades, tendo experiências positivas nas aulas. A presente pesquisa vem com o intuito de verificar e analisar, a partir das políticas públicas da área, os conceitos e métodos da Educação Física em relação aos alunos com deficiência, bem como a transformação da área do passado até os dias atuais, através dos referenciais bibliográficos da Educação Física. A metodologia deu-se através de uma pesquisa teórica e bibliográfica, a partir do interesse pessoal e da necessidade de expandir os conhecimentos sobre a evolução que a Educação Física teve na área da Educação Especial, para que todos possam ter o conhecimento de como nossa área vem sido abordada para as pessoas com deficiência. Concluiu-se que, através de todo aparato das políticas públicas que regem a Educação Física e a educação especial, a inclusão escolar de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física deve acontecer de forma significativa para o aluno, e que este possa interagir com seus colegas através da socialização que a Educação Física proporciona como também para o seu desenvolvimento motor e cognitivo.

Descritores: Educação Física, Educação Especial, Políticas Públicas, inclusão.

ABSTRACT

Inclusion is a process that has long been discussed nationally in schools, where students with disabilities are increasingly included in the regular classes. Through the public policies that govern the guarantee of these students with disabilities in the regular classes, Physical Education also plays an important role in this inclusion process. In this sense, through physical education, the inclusion process should provide the student with full participation in the activities, having positive experiences in class. The present research aims to verify and analyze, from the public policies of the area, the concepts and methods of Physical Education in relation to students with disabilities, as well as the transformation of the area from the past to the present day, through the referential bibliography of Physical Education. The methodology was based on a theoretical and bibliographical research, based on personal interest and the need to expand knowledge about the evolution that Physical Education had in the area of Special Education, so that everyone can have the knowledge of how our area has been addressed to people with disabilities. It was concluded that, through any apparatus of public policies governing Physical Education and special education, the inclusion of students with disabilities in the Physical Education classes should occur in a meaningful way for the student, and that the latter may interact with his / her students. colleagues through the socialization that Physical Education provides as well as for their motor and cognitive development.

Keywords: Physical education, special education, public policies, inclusion.

¹ Educadora Física, autora. Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

² Educadora Física, orientadora. Doutora em ciência do movimento humano pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Professora associada 2 da Universidade Federal de Santa Maria.

1. INTRODUÇÃO

As escolas têm um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, motor e social dos alunos com deficiência, através de atividades que contemplem a inclusão no espaço escolar. Em relação a Educação Física, observamos que a mesma tem evoluído desde o final do século XIX, em que passou a ser componente obrigatório no currículo da escola. Entre as décadas de 1930 a 1950, tivemos uma época que as aulas eram apenas para os alunos considerados normais, em que Sherrill (apud WINNICK, 2004, p. 09) descreve como foi a Educação Física nesta época:

A indicação para a Educação Física se baseava em um exame completo realizado por um médico que determinava se o estudante devia participar do programa normal ou do corretivo. As aulas corretivas consistiam basicamente de atividades limitadas, restritas ou modificadas, relacionadas a problemas de saúde, postura ou aptidão física. Em muitas escolas, os alunos eram dispensados da Educação Física; em outras, o professor normalmente trabalhava em várias sessões diárias de Educação Física normal. Os líderes da Educação Física corretiva continuavam tendo sólida formação em medicina ou fisioterapia. As pessoas que se preparavam para ser professores de Educação Física geralmente faziam um curso universitário de Educação Física corretiva.

Porém, com o passar dos anos, teve-se uma evolução na nossa área, no sentido de melhorar esta prática pedagógica para que ela pudesse suprir também as necessidades das pessoas com deficiência. Nesse sentido, surgiu o termo de Educação Física adaptada, que, conforme Winnick (2004, p. 04):

Tem o objetivo de suprir necessidades especiais de longo prazo (mais de trinta dias). As pessoas com necessidades especiais incluem os portadores das deficiências na Individuals with Disabilities Education Act (IDEA). De acordo com a IDEA, o termo criança portadora de deficiência designa a criança que necessita de Educação Especial e de serviços relacionados, por apresentar retardo mental, comprometimentos auditivos (inclusive surdez), comprometimentos de fala ou linguagem, comprometimentos visuais (inclusive cegueira), distúrbio emocional grave, comprometimentos ortopédicos, autismo, traumatismo crânioencefálico, outros problemas de saúde, distúrbios de aprendizagem específicos, surdez-cegueira ou deficiências múltiplas.

As aulas de Educação Física, através dos seus conteúdos que representam sua área, devem promover ao aluno determinadas atividades, tais como: danças, ginásticas, jogos, esportes e lutas (BRASIL, 1998). Através destes conteúdos, deve haver a percepção pelo professor da necessidade de se estabelecer estratégias e planejamentos de ensino, para que o mesmo possa solucionar possíveis recursos pedagógicos adequados/adaptados para que todos os alunos possam

desempenhar, de forma adequada e correta, as suas atividades propostas (SEABRA JÚNIOR; MANZINI, 2008).

Porém, quando o professor é defrontado com alunos com deficiência, esse transcurso habitual das aulas pode parecer um tanto desconfortante para o professor (FIORINI; MANZINI, 2012), mesmo com toda a legalidade desses alunos que tem seu direito garantido de serem matriculados no ensino regular. Com isso, a própria garantia a matrícula dos alunos com deficiência, como também a sua participação em aula, podem gerar, em alguns professores, alguns sentimentos, como o de frustração, medo, insegurança e até mesmo incapacidade (FIORINI, 2011; CHICON; CRUZ, 2013).

O professor de Educação Física que trabalha com turmas no ensino regular e que tenham alunos com deficiência inseridos, necessitam de um maior conhecimento e mais aprofundado sobre como ensinar e quais atividades propor e/ou adaptar para este público. Porém, mais especificamente na inclusão escolar das aulas de Educação Física, o maior obstáculo em que estes encontram se referem a elaboração do planejamento e dos procedimentos para que todos os alunos possam participar das aulas de Educação Física sentindo-se incluídos nas mesmas (Manzini, 2002), tendo como algumas questões pertinentes: o que fazer? Como fazer? (CHICON; CRUZ, 2013). Questões essas pertinentes, podendo-se dizer, até hoje em diversas escolas pelos professores de Educação Física, sejam elas públicas ou privadas.

Sendo assim, a Educação Física em sua totalidade, sendo representada pelos professores, alunos ou pesquisadores da própria área, já há algum tempo buscam superar esta nossa própria história, deixando para trás as características excludentes que as antigas concepções metodológicas e teóricas tinham por objetivos, para que, assim, seja construído um novo rumo para nossa história, sendo baseadas na participação de toda esta totalidade que está envolvida. Assim, irá se concretizar novas idéias para que sejam implantadas, e uma delas é a inclusão efetiva.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo Geral

Verificar e analisar, a partir das políticas públicas da área, os conceitos e métodos da Educação Física em relação aos alunos com deficiência, bem como a transformação da área do passado até os dias atuais, através dos referenciais bibliográficos da Educação Física.

1.1.2. Objetivos Específicos

Analisar, através da pesquisa teórica:

1. As políticas públicas referentes à Educação Física;
2. A proposta de inclusão efetiva e alunos com deficiência.

1.2 JUSTIFICATIVA

Assim, esta pesquisa justifica-se pela real necessidade de incluir os alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, pois todos possuem o direito de realizar a prática na aula, como também que o professor regente tenha um planejamento que contemple todos os alunos, cada um com suas especificidades e seu tempo de aprendizagem, visto que é um direito garantido por lei para a inclusão. Sendo assim, é de extrema importância à atividade física para estes alunos, tanto no seu aspecto motor, como também cognitivo e social. Busca-se, através desta pesquisa, que a inclusão escolar de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física ocorra através de um trabalho conjunto entre direção, coordenação pedagógica, comunidade escolar e professores de Educação Física, com uma proposta pedagógica em que a inclusão esteja em primeiro plano dentro da escola, e principalmente dentro do planejamento do professor de Educação Física.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia se dará através de uma pesquisa teórica, que, segundo Demo (1991, p. 30):

[...] assume o papel de incentivo à pesquisa, na condição de propedêutica, ou seja, como instrumento fundamental para construir a capacidade de construir conhecimento. Sendo conhecimento construtivo fator instrumental das inovações na sociedade e na economia, a questão da ciência, da pesquisa e do conhecimento adquirem relevância particular na formação dos alunos e passa a figurar entre os desafios essenciais do sistema educacional como um todo.

A pesquisa teórica também abre caminhos para novos estudos e produções, buscando ampliar a capacidade de argumentação do aluno, pois de acordo com Demo (2000, p. 36)

[...] a argumentação não se esgota na teoria, é claro, pois podemos encontrar também boas razões práticas. Entretanto, a arte de encontrar e formular boas razões para o que queremos dizer, negar, empreender, superar, encontra no campo teórico o lugar preferencial para se alcançar, aperfeiçoar, questionar e propor alternativas (p.36).

Assim, esta pesquisa teórica será fundamentada nos principais conceitos, autores e políticas públicas que exploram o tema da Educação Física, Educação Especial e inclusão e das políticas públicas, sendo realizada a leitura e reflexão sobre este tema através de uma pesquisa teórica. Assim, esta escolha pela pesquisa teórica deu-se pelo motivo que ela não desconsidera o mundo real e o seu contexto, tendo os seguintes elementos, segundo Demo (1996, p. 23):

- a) Conhecer a fundo quadros de referência alternativos, clássicos e modernos ou teóricos relevantes;
- b) Atualizar-se na polêmica, sem modismo, para abster-se e desinstalar-se;
- c) Elaborar precisão conceitual, atribuindo significado estrito aos termos básicos de cada teoria;
- d) Aceitar o desafio criativo de propor à fixação teórica, para que a prática não se reduza à prática teórica, e para que a teoria se mantenha em seu devido lugar, como instrumentação interpretativa e condição de criatividade.

Também será realizada a pesquisa bibliográfica, que, segundo Silva e Schappo (2002, p. 54), possibilita um diagnóstico da situação investigada, além de ampliar as informações do tema a ser debatido e estudado, ou seja:

É o primeiro passo de todo o trabalho científico. Este tipo de pesquisa tem por finalidade, especialmente quando se trata de pesquisa bibliográfica, oferecer maiores informações sobre determinado assunto, facilitar a delimitação de uma temática de estudo, definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou, ainda, descobrir um novo enfoque para o estudo que se pretende realizar.

Este tema que será estudado partiu do interesse pessoal e da necessidade de expandir os conhecimentos sobre a evolução que a Educação Física teve na área da Educação Especial, para que todos possam ter o conhecimento de como nossa área vem sendo abordada para as pessoas com deficiência.

2. DESENVOLVIMENTO

Nesta pesquisa, serão apresentados três principais capítulos que tratam sobre os principais temas através da Educação Física e a inclusão. Os capítulos estão subdivididos em: 1) Políticas Públicas, Educação Especial e Educação Física; 2) a inclusão e o professor de Educação Física diante dos dias atuais; e 3) perspectivas da Educação Física e a proposta de inclusão.

A seguir, a discussão dos capítulos:

1. CAPÍTULO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO FÍSICA

A legislação brasileira garante ao aluno com deficiência o direito à sua inclusão no sistema regular de ensino, com o atendimento especializado para suas atividades educacionais (ALVES e DUARTE, 2011).

Através da conhecida como „Magna Carta“, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 23), aponta para um novo entendimento de qual é o papel da escola regular em relação à educação dos alunos com deficiência, na qual, em sua passagem no ponto 2 nos diz que:

As escolas regulares seguindo esta orientação inclusiva constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando

comunidades abertas e solidárias uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Neste âmbito do direito ao acesso à educação inclusiva das pessoas com deficiência, o Decreto Legislativo 186/08 (BRASIL, 2008) aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual traz consigo a definição de pessoas com deficiência “[...] são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva, na sociedade com as demais pessoas” (BRASIL, 2008 p.3). Também foi criada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) na qual afirma que o público-alvo, além dos alunos com deficiência, também aqueles com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação, além de que a educação especial faz parte da proposta pedagógica da escola.

Neste sentido, após a contextualização do histórico da educação inclusiva, de acordo com Rodrigues (2000, p.10),

A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A 8 | RE, Vol. XVI, nº 1, 2008 Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa, defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (...).

Inserida na educação inclusiva, há o termo inclusão na qual tem como objetivo criar possibilidades que propiciem ao indivíduo um ambiente de acolhimento e apoio, no qual há um respeito para a individualidade de cada um. De acordo com Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Educação Física (BRASIL, 1998, p. 30),

[...] a inclusão do aluno é o eixo fundamental que norteia a concepção e a ação pedagógica da Educação Física Escolar [...] seja na sistematização de conteúdos e objetivos, seja no processo de ensino e aprendizagem, para evitar a exclusão ou alienação na relação com a cultura corporal de movimento.

Assim, a inclusão é um processo que vem há tempos sendo discutida no âmbito nacional em escolas, comumente chamada de inclusão escolar. Nos dias atuais, a inclusão escolar perpassa em escolas públicas e privadas, onde alunos

com necessidades educacionais especiais cada vez mais estão incluídos nas classes regulares, sendo um enorme avanço no processo de inclusão, processo no qual deve ser uma preocupação constante do professor nos dias atuais. Esta inclusão também não diz respeito somente em desempenhar as atividades nos quais são propostas pelo professor em aula, mas também na participação efetiva do aluno com deficiência em seu ambiente escolar, através de uma estruturação na rede de relações sociais com seus colegas de classe, professores, equipe diretiva e funcionários.

Esta inclusão, que aparece em muitas pesquisas e é discutida por diversos autores, em algumas vezes não acontece na prática, visto que ainda é um processo novo para muitas escolas e seus professores, que, às vezes, não se sentem preparados para trabalhar com este público, como também pela falta de conhecimento de muitos professores sobre este assunto, déficit esse que, em muitos casos, vem na própria formação inicial do professor, que pode carecer destes elementos para que o profissional se sinta “a vontade” para obter esse processo de inclusão.

Segundo Pedrinnelli (2002), para o professor fazer parte de um processo inclusivo ele deve estar predisposto para considerar e respeitar todas as diferenças individuais de cada criança, criando possibilidades de aprender sobre cada um através de situações de diversidade de ações, ideias e sentimentos nos quais os alunos exprimem. Assim, o professor deve considerar seus alunos como seres construtivos, considerando os seus valores e experiências já vividas, para que promova a autonomia e criatividade dos alunos, e, assim, o processo de inclusão seja de forma natural (FRIEDMAN, 2001).

Em relação à Educação Física, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 1999), os conhecimentos de Educação Física aponta para que o esporte seja trabalhado de forma educativa, e que a prática atenda a todos os alunos, respeitando as diferenças de cada um e estimulando as potencialidades. Isso nos remete que, através das aulas de educação física, haja a inclusão, visto que através de um trabalho em conjunto, entre a interação professor-aluno e aluno-aluno, há uma valorização do desenvolvimento social e motor do aluno, como também o exercício de cidadania e ética.

Carmo (2002), ao escrever um texto sobre a educação física e a inclusão escolar, nos diz que seu objetivo ao escrever o texto foi de conclamar para os pesquisadores a solucionar o desafio da inclusão, do que para apresentar propostas, como também que as muitas dúvidas existentes sirvam de reflexões para a busca de alternativas. Essas alternativas referem-se a muitos elementos, mas principalmente ao modo de inclusão efetiva do aluno dentro do espaço escolar e como incluir este aluno, visto que todo o contexto escolar deve dispor de alternativas que sejam efetivas para a total inclusão.

Costa e Bittar (2004) conceituam a atividade física inclusiva como toda e qualquer atividade que propicie a efetiva participação nas diversas atividades físicas, levando em consideração cada potencialidade das limitações físico-motoras, mentais ou sensoriais dos praticantes, como também possibilitando o desenvolvimento de suas competências. Assim, através do princípio de inclusão, a educação física deve ter como eixo principal e fundamental o aluno, para que, assim, desenvolva as competências do mesmo, dando condições para que ele tenha acesso aos conteúdos que a educação física propõe, com a participação plena do aluno, evitando a exclusão ou alienação através de estratégias adequadas.

Nesse sentido, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 36), podemos perceber que a participação dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física é de extrema importância, visto que

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos alunos com deficiência foram e são excluídas das aulas de Educação Física. A participação destes educandos nestas aulas pode trazer muitos benefícios, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social.

Também se deve considerar como ponto importante a ser considerado pelo professor de Educação Física, a maneira de apresentação do conteúdo no qual ele irá ministrar, dando atenção à seleção ao conteúdo e modificações no que se refere aos estilos de ensino, que devem proporcionar aos alunos dos grupos especiais os maiores benefícios educacionais possíveis para sua melhor aprendizagem (WINNICK, 2004), bem como a compreensão de que a educação física, dentro do contexto escolar, deve ser proporcionada a todos os alunos, sejam eles com deficiência ou não, para que tenham o seu desenvolvimento integral, preparando-os,

para que, assim, exerçam as suas capacidades na sociedade de forma autônoma. (NOZI; VITALIANO, 2012).

Sendo assim, a partir de todo esse contexto, deve-se perceber, em primeiro lugar no aluno, o seu movimento corporal e cultural, não focando em sua deficiência. Cruz e Ferreira (2005) enfatizam que o professor não deve focalizar na deficiência do aluno, mas sim no seu movimento, proporcionando ao indivíduo condições de emitir as respostas motoras que possibilitem interagir-se com o ambiente escolar no qual está inserido. Nesse sentido, devem-se ter conceitos, procedimentos e atitudes para que o professor possa repassar o seu conhecimento durante o processo de formação e desenvolvimento do aluno, através das aulas de Educação Física. Assim, Cruz e Ferreira (2005, p. 178) trazem uma mensagem na qual nos dizem que:

Por mais adversas que possam parecer as condições de trabalho em nosso sistema de ensino, sua superação se dará à medida que nosso investimento sobre a escola aumente. É fundamental que a autonomia profissional seja exercitada no sentido de fortalecer a autoria de projetos pedagógicos que garantam o processo de escolarização de nossos alunos. Essa conjugação do exercício responsável da autonomia, com a autoria de projetos pedagógicos efetivos, pode sustentar a autoridade profissional do professor de Educação Física dentro da escola. A inclusão escolar de alunos que apresentam necessidades especiais é, neste sentido, uma provocação que não pode ser ignorada.

2. CAPÍTULO 2: A INCLUSÃO E O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DIANTE DOS DIAS ATUAIS

Neste capítulo, serão apresentados os momentos históricos e suas considerações em relação à Educação Física propriamente dita diante da inclusão, passando pela formação do professor, as aulas de Educação Física nos dias atuais e as condições necessárias para que haja a inclusão no espaço escolar e nas aulas de Educação Física.

4.2.1: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Quando se depara com a formação do professor de Educação Física, em muitas vezes ouvimos argumentos que relatam o despreparo em relação a atuação

frente a um aluno com deficiência, como sendo este um fruto de uma formação acadêmica inadequada, pois, em muitos casos, não tem-se disciplinas e/ou são poucas que relatam sobre pessoas com deficiência. Sendo assim, um dos pontos importantes da formação inicial do professor é o fato de ele ter cursado ou não a disciplina de Educação Física Adaptada ou Educação Física e pessoas com deficiência.

Dentre os professores de Educação Física, uma grande parcela não teve ou teve apenas uma disciplina relacionada a este tema, ou seja, na sua formação acadêmica, em sua maioria, não teve-se subsídios metodológicos ou teóricos para atuar e trabalhar com pessoas com deficiência dentro do contexto escolar. Esta disciplina de Educação Física adaptada, que estuda conteúdos sobre a pessoa com deficiência, passou a ser parte obrigatória dos currículos universitários a partir de 1987 (CIDADE; FREITAS, 2002; DUARTE; LIMA, 2003) através da Resolução 3/87, na qual determina a atuação do professor de Educação Física com o público das pessoas com deficiência. Sendo assim, os professores que estudaram anteriormente ao ano de 1987 ficaram sem este conteúdo em sua formação inicial.

Outro ponto importante a ser tratado é o direcionamento que teve a concepção da Educação Física que foi oriunda desta formação, visto que ela pode ter sido focada apenas na área escolar ou a partir da cultura esportivista. A partir disso, vem-se um questionamento: Será que, durante a graduação, os alunos dos cursos de Educação Física estão tendo uma formação pedagógica ou o principal ponto sendo tratado está na área do treinamento desportivo? Visto que, por uma relação de cultura da área, nos cursos de Educação Física das universidades, a formação pedagógica dos mesmos é colocada em segundo plano, uma vez que é privilegiada as disciplinas biológicas, técnico-desportivas e corporais (AGUIAR; DUARTE, 2005). Com isso, esta concepção de Educação Física pode condizer com os períodos históricos pelo qual se encontrava a Educação Física, sendo eles: Higienista (1889 – 1930), Militarista (1930 – 1945), Pedagógica (1945 – 1964), Competitivista (1964 – 1985) e Popular (1985).

Sendo assim, ainda que muitos professores afirmem que não seguem nenhuma destas concepções, não pode-se desconhecer uma impossibilidade desta neutralidade na Educação Física (NEVES, 2006).

Mas também há a formação continuada dos professores, pois é importante frisar que a formação inicial é apenas um mero término do curso universitário, e que ela deve ir além de apenas a graduação. Nesse sentido, Seabra Júnior (2006) faz uma contribuição importante, afirmando que cada professor possui e faz a sua própria formação, construindo as duas diferentes bases e perspectivas, bem como a sua atuação sendo o resultado desta inter-relação desses aspectos. Sendo assim, a atuação do professor frente a todos os alunos é um reflexo do que ele teve durante as suas formações, bem como as inter-relações destes fatores que constituem ele como professor.

É fato que, na prática docente, pensamos e refletimos sobre todos conteúdos teóricos e as abordagens metodológicas que foram incorporadas durante a graduação, além das experiências que foram vivenciadas dentro e fora do espaço universitário, através de programas e projetos. O professor, nesse sentido, carrega consigo todas as concepções em relação ao aspecto social, político, econômico e social através do espaço no qual foi formado (SANCHES JÚNIOR, 2009). Com isso, surge outro questionamento: Como será então, para um professor que é habituado ao ambiente de alto rendimento e competição e que durante sua graduação esteve sempre nestes ambientes, trabalhar com a proposta inicial de inclusão? Na escola, durante as aulas de Educação Física, podemos perceber que, quando há um aluno com deficiência, podemos perceber a exclusão desse aluno, dependendo como o próprio professor atua em sua disciplina (CHICON, 2005).

4.2.2: A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS DIAS ATUAIS

Ter alunos com deficiência nas aulas de Educação Física das escolas já é uma realidade dentro do espaço escolar, e esta inclusão é um proposta que já está sendo vigorada há algum tempo nas escolas. Porém, a Educação Física escolar ainda apresenta alguns resquícios de seu passado esportivizado, que ainda havia a questão corporal ideal, o desempenho e a aptidão, menosprezando, assim, os aspectos cognitivos, sociais e afetivos dos alunos. Sendo assim, esta ainda forte presença de resquícios do passado faz com que algumas aulas de Educação Física ainda sigam os parâmetros de aprimorar o desenvolvimento das habilidades esportivas (SEABRA JÚNIOR, 2006). No âmbito escolar, estes procedimentos que são adotados por alguns professores estão diretamente ligados e atrelados a essa

valorização da técnica e dos conteúdos esportivos, ocasionando em uma seleção dos melhores e mais aptos alunos, gerando, assim, a exclusão de muitos alunos nas práticas de atividades físicas (GORGATTI, 2005).

Também é importante mencionar que a Educação Física é um componente curricular obrigatório da Educação Básica, e com ela apresenta cinco concepções metodológicas e teóricas, conhecidas como: como Desenvolvimentista, Construtivista, Sistêmica, Crítico Superadora e Crítico Emancipatória (TANI et al., 1988; FREIRE, 1989; BETTI, 1991; SOARES et al., 1992; KUNZ, 2001), sendo estas conduzidas até hoje nas práticas pedagógicas de muitos professores, embora muitos afirmem que não percebem ou não assumam estas influências das concepções (GONÇALVES, 2006). Além destas concepções, também há as próprias concepções da disciplina em que o professor atua na área escolar.

Sabe-se que, hoje em dia, a prática da Educação Física não é mais uma regalia apenas para as pessoas de classe média e alta, como também não apenas a pessoas com corpos ideais e fortes. No contexto escolar, frente a todas essas adversidades, temos uma pluralidade de diferenças, e é preciso que se tenha uma Educação Física que atenda à todas essas diferenças, que saiba identificar e reconhecer, para que, assim, possa atender com qualidade (SEABRA JÚNIOR, 2006). Não se pode aceitar que, nos dias de hoje, os alunos com deficiência sejam excluídas das práticas de atividades físicas ou de qualquer outra prática, por elas apresentarem alguma deficiência (ALMEIDA, 2008).

Pode se pensar, então, a possibilidade de que se esteja transformando em uma nova Educação Física escolar, sendo que esta nova disciplina, em sua prática da atividade física, não apenas usufrua da vivência dos alunos ou de suas experimentações, mas também dos sentidos e significados que as manifestações sociais possuem. Ainda temos a concepção e alguns resquícios do corpo ideal e apto para a prática de atividades físicas, mas também temos um esforço para que esta concepção antiga possa ser substituída por uma perspectiva mais ampla, que contemple a todos indivíduos, tendo, assim, uma Educação Física que tenha a visão total da formação do aluno, através de um sujeito cultural, afetivo e social (OLIVEIRA, 2009). Contudo, ainda devemos perceber se esta mudança está sendo

perceptível na prática, ou está somente nos papéis e em muitas falas de professores.

4.2.3: CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA INCLUSÃO ESCOLAR E A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA

A atuação docente, como citado anteriormente, não é algo que é finalizado na formação acadêmica inicial, mas sim em todas as questões da formação inicial e continuada que abrange as concepções de educação e de vida dos professores, como também que os mesmos estejam abertos a qualquer tipo de mudanças em suas atitudes e nas suas formas de viver e se relacionar, através das diversidades existentes na sociedade (SEABRA JÚNIOR, 2006).

Sabe-se que há os recursos didático-pedagógicos e as ações e leis educacionais e legais que regem e garantem o direito dos alunos com deficiência no espaço escolar, porém eles não são suficientes para que se haja a inclusão deste aluno na escola. Estes termos legais e recursos têm um grande valor e importância, visto que foi a partir dos mesmos que se teve o início do processo de inclusão. Mas precisamos também que os comportamentos e atitudes dos professores sejam modificados e melhorados em prol de uma Educação Física inclusiva, bem como de uma escola inclusiva.

Esse processo de mudança deve ocorrer constantemente e cada vez mais dentro do contexto escolar, buscando entender em si mesmo as diversidades e reconhecer no outro cada identidade própria dos indivíduos (SEABRA JÚNIOR, 2006). Sendo assim, é fundamental que o professor de Educação Física tenha em seu planejamento atividades que, de acordo com cada necessidade do aluno, re-signifique as suas práticas pedagógicas, adaptando quantas vezes for necessário e criando novos métodos de ensino (SEABRA JÚNIOR, 2006).

Sendo assim, a partir de todo este panorama já apresentado, seja ele em relação à formação na academia ou profissionalmente, os professores já vivenciam em sua realidade a inclusão escolar, como também suas obrigações como profissional docente que devem ser cumpridas, independente de como foi o passado com as concepções metodológicas e teóricas, como também no presente no novo

processo de inclusão e no futuro que está por vir. Ou seja, para que qualquer aluno tenha a sua participação atuante nas atividades das aulas de Educação Física e tenham respeitadas as suas potencialidades e/ou possibilidades individuais, deve-se ter caracterizado o processo de inclusão, tendo o professor o principal papel para este intermédio entre escola-aluno-inclusão.

Com isso, o professor tem o papel de mediador deste processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos da Educação Física, sejam eles alunos com ou sem deficiência, visto que, para todos, devem ser ensinados e aprendidos as diferentes formas de pensar e agir, os valores e as normas regentes no espaço escolar. E esse papel do professor envolve, sim, toda a sua própria formação acadêmica inicial e continuada, o conhecimento de cada deficiência, os valores e as suas próprias experiências já vivenciadas da área (MANDARINO, 2004)

Sabe-se que é necessário que todos profissionais da área tenham compromisso com a sua prática pedagógica, sendo educadores preocupados com a formação de seus alunos, participando de uma escola que promova essas discussões e práticas pedagógicas (MANDARINO, 2004). E esses professores devem saber argumentar, observar e discutir de diferentes maneiras para todos os diferentes alunos, com diferentes gêneros, culturas, idades e idiomas (MAUERBERG; DECASTRO, 2005).

Com todo esse contexto educacional, a qualidade do ensino é um fator primordial para os alunos com deficiência, e quem deve propiciar a mesma é o professor e a sua atuação perante o aluno, favorecendo as relações sócias dele, para que, assim, também potencialize a aprendizagem do mesmo (VALVERDE; VITALIANO, 2009). Todavia, essa atuação do professor deve ser de forma efetiva, pois apenas visualizar os alunos com deficiência juntamente com os seus demais colegas não garante e sua efetiva participação nas aulas de Educação Física, bem como o seu aproveitamento e aprendizagem dentro da disciplina.

Quando falamos em inclusão e o papel do professor, devemos perceber a relação total com o atendimento ao aluno com deficiência, e também fazer com que, através da busca do próprio professor para conhecer as deficiências e adaptar seus conteúdos e métodos para que haja essa inclusão, deixar de lado o medo que se tem de não saber lidar com este público, tirando esta insegurança que se tem em

relação ao despreparo para esta relação de ensino e aprendizagem dos alunos (LOPES; VALDÉS, 2003).

3. CAPÍTULO 3: PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E A PROPOSTA DE INCLUSÃO

A disciplina de Educação Física dentro do espaço escolar é de importância inquestionável para os alunos com deficiência, visto que, no período escolar, ela adquire os hábitos saudáveis e formativos de sua vida. Sendo assim, o ambiente escolar é à base da inclusão para o aluno, bem como a Educação Física um espaço de prática e vivência por todos os alunos, propiciando o seu desenvolvimento cognitivo, motor e social.

No contexto brasileiro atual, a palavra inclusão vem sendo recorrente nos discursos em diversos segmentos, tendo como direito da pessoa com deficiência sua inclusão dentro do sistema escolar de ensino, bem como as escolas devendo recebê-las com igualdade no acesso e na permanência na escola. Este termo foi baseado em vários documentos, entre eles a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), na Declaração de Salamanca de 1994 através da magna carta, no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9394/1996 (BRASIL, 1996) e na Confederação da Guatemala em 2001 (BRASIL, 2001).

Sabe-se que, a partir destes documentos legais citados acima, o aluno com deficiência tem o seu direito garantido de freqüentar o sistema regular de ensino, porém, apenas esta garantia da matrícula do aluno não garante, como também não assegura que ele realmente esteja incluído. Sendo assim, muito além de apenas ter realizado a sua matrícula, há diversas questões que devem ser postas para a participação plena do aluno com deficiência em todas as atividades escolares, visto que, hoje em dia, dentro do ambiente escolar, temos alunos com e sem deficiência, tendo cada um as suas necessidades educacionais e sociais através de suas das potencialidades, e tendo cada um destes o direito igualitário de participação em todas as atividades curriculares e extra-curriculares (FIORINI, 2008).

A partir desse contexto, podemos citar como passo importante do contexto escolar, o destaque para a disciplina de Educação Física, que foi caracterizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9394/96 (BRASIL, 1996) como um componente curricular obrigatório da Educação Básica integrada juntamente com a proposta pedagógica. Assim, faz-se relevante trazer, aqui, uma linha do tempo da Educação Física, através de seus diversos períodos.

Através dos diversos períodos que a Educação Física passou, temos no período de 1889 a 1930 a Educação Física higienista, na qual seu principal objetivo era enfatizar a saúde, sendo de sua responsabilidade formar indivíduos saudáveis e fortes, resolvendo, assim, os problemas da saúde pública. No período entre 1930 a 1945, tivemos da Educação Física militarista, na qual teve seu objetivo em formar jovens que suportassem a guerra e a luta, tendo como dever do jovem servir e defender sua pátria.

Já em 1945 a 1964, houve uma Educação Física voltada para a escola, prevalecendo a Educação Física pedagógica, com o objetivo de ter um caráter educativo, ou seja, de educar o movimento do aluno para que, assim, chega-se a sua educação integral, não somente com o intuito de trabalhar com a saúde. No período entre 1964 a 1985, tivemos a Educação Física competitivista, na qual foi marcada pelo esporte de rendimento, tendo o indivíduo como um atleta através da preparação dos professores responsáveis por esse alto rendimento. Neste momento, a Educação Física teve restrições, em que somente a classe dominante tinha acesso aos esportes de elite, pois o principal objetivo era obter medalhas ao país. E no período de 1985 em diante, a Educação Física popular veio como um movimento de cunho ideológico, na qual seu objetivo era mudar este paradigma de alto rendimento para uma visão do lúdico, com o intuito de construir uma sociedade democrática.

A partir de todo esse contexto histórico apresentado, percebe-se que, nas determinadas épocas, nem todos os indivíduos da população eram privilegiados com a prática de atividade física, pois, a partir de cada período da história da Educação Física, teve-se objetivos específicos que conduziam os próprios objetivos da época, obtendo, assim, um caráter excludente muitas vezes, pois só quem realizava a

prática da Educação Física eram as pessoas que estavam no perfil e na estrutura sócio-econômica da época (SOLER, 2005).

Como todos esses movimentos da Educação Física, no final do ano de 1970 e início do ano de 1980, houve um questionamento em relação a necessidade de se romper com toda valorização do desempenho e alto rendimento dos indivíduos que tinham a intenção de almejar novos direcionamentos para a nossa área (RECHINELI; PORTO; MOREIRA, 2008). Sendo assim, a partir desse questionamento, surge uma nova fase para a Educação Física, com movimentos renovadores. Entre eles, podemos destacar as cinco principais concepções metodológicas e teóricas da Educação Física escolar, nas quais são a desenvolvimentista, construtivista, sistêmica, crítico superadora e crítico emancipatória (TANI et al. 1988; FREIRE, 1989; BETTI, 1992; SOARES et al., 1992; KUNZ, 2001). A seguir, falarei um pouco a respeito de cada concepção metodológica e teórica.

Nas cinco concepções, Tani et al. (1988) apresentou a concepção desenvolvimentista, que tinha por objetivo estabelecer alguns padrões de movimento para serem seguidos, ou seja, o aluno aprende através de seu movimento, refinando-os e evoluindo nos estágios iniciais. Sendo assim, sua concepção visa a melhoria do movimento, ampliando o repertório motor do aluno, e não visando apenas a sua performance.

Já Freire (1989) defende a concepção construtivista, que tem por objetivo a centralidade no sujeito que se movimenta, que aprende a criar, brincar, etc. Assim, a construção desse conhecimento ocorre a partir da vontade e da expectativa dos alunos, a partir das brincadeiras, brinquedos e jogos que são vivenciados nas escolas. Para o autor, toda a bagagem histórica e cultural que a criança possui é levada em consideração, visto que, enquanto ela joga e brinca na infância, ela também está aprendendo e incorporando valores.

Em Betti (1991) temos a concepção sistêmica, que tem por objetivo que os conteúdos da Educação Física considerem e propiciem uma visão crítica da sociedade atual e na qual o indivíduo está inserido. Para ele, dentro do contexto escolar, a Educação Física deve focar no âmbito da cultura e do social do aluno, através de movimentos, esportes, ginásticas, jogos, lutas, entre outras práticas, além

também do ensino das habilidades motoras. Com isso, um dos princípios dessa abordagem é a inclusão e não exclusão dos alunos, visto que todas as atividades devem propiciar e garantir a participação de todos.

Em soares et al. (1992), eles defendem a concepção crítico-superadora, que tem por objetivo enfatizar a justiça, cooperação, liberdade de expressão, ou seja, transformar as condições sociais do indivíduo. Nesse sentido, a Educação Física não é apenas um movimento, mas sim, a partir de cada ação ou atividade praticada, esta é carregada de significados, pois além do aluno aprender, ele também pode ser capaz de fazer uma relação entre o conteúdo da aula com a sua realidade.

O autor Kunz (2001), com sua concepção crítico-emancipatória, tem como objetivo o sujeito que se movimenta, o se movimentar. Segundo ele, todas as experiências dos alunos são valorizadas, visto que estão carregadas de significados, como também devem ser priorizadas a criação dos movimentos, ou seja, não apenas a reprodução. Sendo assim, são os alunos que participam e criam estes movimentos.

A partir desse resgate histórico até os dias atuais, percebemos que estas concepções teóricas tiveram seus avanços, sendo reformuladas e também aprimoradas, visto que são estudadas até hoje (RECHINELI; PORTO; MOREIRA, 2008). Há também o avanço em relação a aceitação da pessoa com deficiência, uma vez que, anteriormente e visto nas próprias concepções, quem não tivesse um corpo perfeito, ou seja, com alguma deficiência, era dispensado e excluído da Educação Física. Sendo assim, estes avanços nas concepções teóricas podem vir com essa idéia de inclusão, criando a oportunidade para todos usufruírem da prática da Educação Física, inclusive os alunos com deficiência, melhorando os aspectos físicos, cognitivos, sociais e afetivos.

3.CONCLUSÃO

A partir de todo o contexto tratado nesta pesquisa e frente ao movimento de inclusão e das políticas públicas nas quais regem este direito, deve-se perceber que a disciplina de Educação Física faz parte obrigatória do currículo da escola, bem como a mesma não deve ficar indiferente ou neutra em relação à inclusão,

constituindo-se como uma “coadjuvante” neste processo de inclusão escolar dos dias atuais nas aulas de Educação Física.

Sabe-se, também, que não existe um método ideal de inclusão nas aulas de Educação física, porém cabe ao professor buscar se atualizar e se informar sobre as deficiências, bem como atividades que removam as barreiras e propiciem a aprendizagem motora e cognitiva dos alunos com deficiência. Contudo, para que haja a inclusão propriamente dita, não basta apenas se adaptar as aulas de Educação Física para que o aluno com deficiência participe, precisa sempre de algo a maior, algo que parta do professor, a partir de objetivos, métodos e conteúdos que colaborem para a construção de uma sociedade totalmente inclusiva, valorizando a diversidade humana.

Nesse sentido, a inclusão escolar de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física deve acontecer de forma significativa para o aluno, e que este possa interagir com seus colegas através da socialização que a Educação Física proporciona como também para o seu desenvolvimento motor e cognitivo. Para sentir-se incluído, é necessário que se ultrapasse todas as barreiras de sala de aula, pois, assim, o aluno terá suas necessidades reconhecidas em todo o ambiente escolar. Sendo assim, a inclusão é, e deve ser, um fator de extrema importância em todo o contexto escolar, partindo do professor em suas próprias aulas, identificando e atendendo a todas as diferenças dos alunos, para que, assim, haja uma inclusão efetiva nas aulas de Educação Física, como também no contexto escolar.

4.REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. **Educação Física Escolar e a inclusão de aluno com deficiência**. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

ALVES, M. L. T; DUARTE, E. **Os caminhos percorridos pelo processo inclusivo de alunos com deficiência na escola: uma reflexão dos direitos construídos historicamente**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 207- 218, maio/ago, 2011.

BETTI, M. **Educação física e sociedade: a educação física na escola brasileira de 1º e 2º graus**. São Paulo: Movimento, 1991.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº9, de 9 de novembro de 1995: **título I: dos princípios gerais, Art. 3º, inciso IV**. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/> . Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. **[Decreto Legislativo nº 186 de 9 julho de 2008]**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília DF, 10 jul. 2008. Seção 1, Edição 131, p. 1.

_____. **Decreto nº. 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf> . Acesso em: 18 abr. 2018.

_____. **Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente – Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/apresentacao> . Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/apresentacao> . Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio - Educação Física**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

COSTA, A. M.; BITTAR, A. F. **Metodologia aplicada ao deficiente físico**. In Curso de Capacitação de Professores Multiplicadores em Educação Física Adaptada. Brasília: MEC; SEEP, 2004. p. 83-100.

CHICON, J. F. **Inclusão na Educação Física escolar: construindo caminhos**. 2005. 420 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2005.

CHICON, J. F.; CRUZ, G. C. **Educação Física Inclusiva: formação e prática pedagógica**. In: VICTOR, S. L.; DRAGO, R.; PANTALEÃO, E. (Org.). Educação Especial: indícios, registros e práticas de inclusão. São Carlos: Pedro & João, 2013. p.123-136.

CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S. de. **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. 124 p.

CRUZ, G. C.; FERREIRA, J. R. **Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 19, n. 2, p. 163-180, 2005.

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

_____. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. **Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: experiências e intervenções pedagógicas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 2003.

FIORINI, M. L. S. **Alunos e professor na dinâmica da inclusão: intervenção nas aulas de educação física.** 2008. 89 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação Física) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2008.

_____, M. L. S. **Concepção do professor de Educação Física sobre a inclusão do aluno com deficiência.** 2011. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011.

FIORINI, M.L.S.; MANZINI, E.J. **Dificuldades dos professores de Educação Física diante da inclusão educacional de alunos com deficiência.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., 2012, São Carlos. Anais... São Carlos: Editora Cubo, 2012. p. 8844-8858.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física.** São Paulo: Scipione, 1989.

FRIEDMAN, A. **Brincar: crescer e aprender - o resgate do jogo infantil.** São Paulo, Moderna. 2001.

GONÇALVES, N. L. D. **Metodologia do ensino da educação física.** Curitiba: Ibpex, 2006.

GORGATTI, M. G. **Educação Física escolar e inclusão: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores.** 2005. 173 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** 4. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

LOPES, A. W. A.; VALDÉS, M. T. M. **Formação de professores de educação física que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais (deficiência auditiva): uma experiência no ensino fundamental da rede pública de fortaleza.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 9, n. 2, p. 195 – 210, 2003.

MANZINI, E.J. **Participação em aulas de educação física: o que alunos com deficiência visual e física relatam.** Coleção prata da casa, São Luís do Maranhão, v. esp., p.81-85, 2002.

MARTINS, L.A.R. **Reflexões sobre a formação de professores com vistas a educação inclusiva.** In: MIRANDA, T.G.; GALVÃO FILHO, T.A. (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

MANDARINO, C. M. **A educação física e a questão da inclusão dos alunos com “Necessidades Educacionais Especiais”.** Revista da Sobama, v. 9, n. 1, p. 35 – 38, 2004.

MAUERBERG - DECASTRO, E. **Atividade física adaptada.** Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.

NEVES, C. P. **A inclusão de pessoas com deficiência segundo professores de Educação Física na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.** 2006. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

NOZI, G. S.; VITALIANO, C. R. **Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades Educacionais Especiais.** Revista Educação Especial, v. 25, n. 43, p. 333-348, mai./ago. 2012.

OLIVEIRA, M. F. L. **Sentidos constituídos por professores de educação física frente ao processo de inclusão de alunos com deficiência: um estudo em psicologia da educação.** 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

PEDRINELLI, V. J. **Possibilidades na diferença: o processo de inclusão, de todos nós.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial Revista Integração, n 14. 2002.

RECHINELI, A.; PORTO, E. T. R.; MOREIRA, W. W. **Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da educação física.** Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 14, n. 2, p. 293-310. 2008.

RODRIGUES, D. **O paradigma da educação inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível.** Inclusão, v.1, p.7-13, 2000.

SANCHES JÚNIOR, M. L. **Uma leitura da questão da deficiência e da inclusão no ensino municipal de Hortolândia: olhares e ações da docência de educação física e seus pares.** 2009. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SEABRA JÚNIOR, L. **Inclusão, necessidades especiais e Educação Física: considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar.** 2006. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SEABRA JÚNIOR, M. O.; MANZINI, E. J. **Recursos e estratégias para o ensino do aluno com deficiência visual na atividade física adaptada.** Marília: ABPEE, 2008.

SILVA, M. B. da; SCHAPPO, V. L. **Introdução a Pesquisa em Educação.** Florianópolis: UDESC, 2002. (Caderno Pedagógico; 1).

SOARES, C. L.; TAFFAREL, C. N.; VARJAL, E. **Metodologia do ensino da educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.

SOLER, R. **Educação física inclusiva: em busca de uma escola plural.** Rio de Janeiro: SPRINT, 2005.

TANI, G.; KOKUBUN, E.; MANOEL, J. E.; PROENÇA, J. E. **Fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista.** São Paulo: EPU, 1988.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais.** Lisboa: IIE, 1994.

VALVERDE, G. C.; VITALIANO, C. R. **A formação do professor de educação física para atuar com os alunos com necessidades especiais.** In: Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 5, 2009. Londrina. Anais..., Londrina: UEL, 2009, p. 189 – 195.

WINNICK, J.P. **Educação Física e Esportes Adaptados.** 3 ed. Barueri - SP: Manole, 2004.

WINNICK, J. P. **Organização e Gerenciamento de Programas.** In: WINNICK, J. P. (Org.). Educação física e esportes adaptados. Barueri: Manole, 2004. p.21-36.